

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO  
ANO DE DOIS MIL E SETE:-----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Acta da primeira reunião da sessão ordinária de Junho, realizada no dia 29/06/2007; Acta da sessão extraordinária realizada no dia 13/07/2007 e Acta da segunda reunião da sessão ordinária de Junho, realizada no dia 23/07/2007: apreciação e aprovação;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Alteração ao Quadro de Pessoal do Município de Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto dois:** 8ª Modificação Orçamental – 2007: 4ª Revisão ao Orçamento da Receita; 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 7ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 4ª

Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto quatro:** Alteração ao art.º 28º do Regulamento do Plano Director Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Odemira: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto seis:** Abaixo-assinado referente à proibição de a zona ribeirinha ser frequentada por cães: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto sete:** Abaixo-assinado para alargamento da estrada 390 entre as recentes rotundas de Brunheiras e de S. Luís: apreciação e deliberação.-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO**-----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de vinte e nove membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Alberto Santos (Secretário da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, em substituição do senhor António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da respectiva Junta), Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Domingos Assunção Silvestre, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José Manuel

Gonçalves Guerreiro, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma e Valdemar Pacheco Silvestre, e as ausências dos senhores Augusto Inácio Maria, Dulce Loução de Matos Raposo, José da Silva Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro e Carlos Alberto Silva Oliveira, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas reuniões e sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à reunião da Comissão Eventual para a Saúde, realizada no dia dezoito de Maio do corrente ano, não haviam faltas injustificadas. Quanto à primeira reunião da sessão ordinária de Junho, realizada no dia vinte e nove de Junho do corrente ano, não haviam faltas injustificadas. -----

----- Em relação à sessão extraordinária que se realizou no dia treze de Julho, não tinham justificado as faltas os senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Fernando Silvestre da Encarnação, José da Silva Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare e Paulo Jorge Dias Reis. -----

----- Por último, quanto à segunda reunião da sessão ordinária de Junho, realizada no dia vinte e três de Julho do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Fernando Silvestre da Encarnação e Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio o senhor Mário Feliciano, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes que informou que se encontrava naquela sessão na qualidade de cidadão e na qualidade de promotor e responsável pelas actividades recreativas daquela Associação.-----

----- Informou ainda que tinha tido conhecimento da queixa apresentada contra a sua Associação, numa sessão da Assembleia Municipal. Disse ainda que sabia que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha falado da actividade meritória que a instituição vinha desenvolvendo nas Freguesias de Vila Nova de Milfontes e de Longueira/ Almogrove, a qual deveria ser acarinhada e respeitada.-----

----- Revelou ainda que aquela Associação de Reformados e Idosos, sobrevivia quase “em vão de escada”, para poder prestar os apoios necessários aos idosos daquelas duas Freguesias. Disse ainda que os rendimentos dos idosos eram muito baixos, pelo que tinha-se tornado necessário o recurso a actividades recreativas para poderem rentabilizar e recolher fundos destinados ao apoio dos idosos.-----

----- Revelou também que a queixa em causa depois de analisada pelos serviços do Município de Odemira, tinha originado uma redução de actividades agendadas para o verão, bem como uma restrição no que dizia respeito ao som. -----

----- Lamentou ainda que as decisões produzidas pelo Município de Odemira tivessem originado “um ataque cerrado” por parte das autoridades policiais de Vila Nova de Milfontes,

àquela Associação. Referiu também que geralmente essa autoridade não fiscalizava o que de anormal acontecia naquela vila, queixando-se por diversas vezes da falta de efectivos, porém naquela situação, existiram efectivos suficientes para estarem permanentemente a controlar as actividades daquela Associação. Revelou ainda que ele, inclusivamente, tinha sido identificado, notificado por escrito, intimado e comparecido no posto da Guarda Nacional Republicana daquela localidade. -----

----- Informou ainda que a Câmara Municipal tinha imposto um tecto de decibéis nas actividades a desenvolver dentro do recinto dos bailes, o que levou à necessidade de suspender todas as actividades agendadas para Agosto. Discordou ainda que a medição acústica tivesse sido efectuada na varanda da queixosa, não cumprindo as distâncias mínimas legais para realizar a análise de som. -----

----- Ainda em relação à medição acústica, informou que tinham sido apurados três resultados, todos superiores a sessenta decibéis, nos períodos das vinte e três horas, das vinte e quatro horas e a partir das duas horas. Revelou que estranhamente na noite daquela medição, o baile tinha finalizado à uma hora da manhã. -----

----- Por último disse que em todas as freguesias do concelho de Odemira se produziam festas, com som, para animar a população, pelo que lamentou o sucedido com aquela Associação que tinha objectivos bem definidos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que em face da queixa apresentada na Assembleia Municipal, o Município de Odemira teve de tomar as medidas necessárias. Disse ainda que o tecto de decibéis não era imposto pela Câmara Municipal, mas resultava do que constava na lei específica. -----

----- Disse ainda que reconhecia a necessidade da Associação de Reformados e Idosos produzir bailes para angariar fundos para as suas actividades e, bem assim, informou que a Câmara Municipal nunca se tinha oposto a tal facto até ao aparecimento de uma queixa. -----

----- Quanto à medição do ruído, disse que os ensaios tinham sido efectuados por um técnico qualificado, pelo que mediante a apresentação dos resultados, o Município teria de actuar em conformidade. -----

----- Por último, relativamente à actuação das autoridades policiais, disse que não poderia se pronunciar porque não era da responsabilidade e competência do Município. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou, que em face da apresentação da queixa na Assembleia Municipal, tinham providenciado a medição acústica e após a recepção dos resultados, tinha comunicado a ambas as partes que a Câmara Municipal iria tomar uma decisão que não iria agradar a nenhum dos interessados, ou seja iria ter uma justiça salomónica, reduzindo para metade os bailes agendados. -----

----- Disse ainda que os cinquenta e cinco decibéis de tecto, era uma imposição legal e que a suspensão total das actividades tinha sido uma decisão da Associação de Reformados e Idosos. -

----- Por último, relativamente às outras actividades desenvolvidas nas restantes freguesias do concelho, disse que se surgisse alguma queixa, procederiam da mesma forma, ou seja, fazendo cumprir a lei. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE; ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TREZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE E ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: -----

----- A) ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO,

REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que referindo-se à quinta página, na quinta linha, solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: onde se lia "...a senhora Martina Promk...", devia-se ler "...a senhora Martina Pronk ...". Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso.-----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referindo-se à sexta página, na décima segunda linha, solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: onde se lia "...foi reclamar o encerramento da escola...", devia-se ler "...foi reclamar do encerramento da escola ...". Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que apresentou a seguinte Declaração:-----  
----- "Na acta da reunião da sessão ordinária de vinte e nove de Junho, foi transcrita, a pedido do signatário, uma declaração de voto que contém menções não só a mim como também à minha mulher.-----

----- Sobre essa declaração de voto tenho a afirmar o seguinte: -----  
----- - como o senhor deputado Raul de Albuquerque já deve ter descoberto, não há nenhuma incompatibilidade entre ser membro da Assembleia Municipal e ser prestador de serviços ao

Município;-----

----- - eu tenho mulher, pai, mãe e um filho e se precisar de mais nomes para futuras declarações de voto terei todo o gosto em dar;-----

----- - para terminar quero afirmar que não vim para esta Assembleia para defender nenhum interesse pessoal, como também não vim para aqui para ser alvo de ódios obsessivos.”-----

----- B) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TREZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com treze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.-----

----- C) ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos



pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que chamou a atenção dos presentes para os seguintes documentos: -----

----- a) entrada número trezentos e dez, datada de dez de Agosto do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, sobre “Lixo na Freguesia de Vila Nova de Milfontes”; -----

----- b) entrada número trezentos e treze, datada de vinte de Agosto do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, sobre “Trânsito Automóvel”; -----

----- c) entrada número trezentos e dezassete, datada de vinte e sete de Agosto do corrente ano, enviado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, sobre “Funcionamento da Ambulância INEM (SAV) sedeadada no Centro de Saúde de Odemira”. -----

----- d) entrada número trezentos e dezanove, datada de trinta de Agosto do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, sobre “Inspeção Ordinária/ Sectorial ao Município de Odemira – Relatório Principal”. -----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que o trânsito naquela freguesia, a partir do dia quinze de Julho, tornava-se caótico. Disse ainda que em termos de policiamento nada era feito e, bem assim referiu que tinha consciência que existiam muitos locais críticos e difíceis de solucionar,

designadamente a estrada do Farol, a rua Custódio Brás Pacheco, entre outras.-----

----- Disse ainda que tinha enviado uma exposição ao senhor Governador Civil de Beja, mas até àquela data não tinha recebido qualquer resposta.-----

----- Relativamente ao problema do lixo, disse que em Julho do corrente ano tinha enviado um officio ao senhor Vereador José Alberto Guerreiro, no qual descrevia algumas situações de falta de civismo, nomeadamente por parte dos comerciantes locais que não tinham cuidado na deposição dos seus lixos nos contentores e alertava para a falta de limpeza dos contentores de resíduos domésticos, cujo cheiro se tornava insuportável na época de verão.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO:-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à apreciação dos presentes os seguintes documentos:-----

----- a) officio com entrada número duzentos e noventa e quatro, datada de vinte e sete de Julho do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, no qual propunha que o valor das senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal, às sessões que se realizaram durante o mês de Julho, fosse doado aos Bombeiros Voluntários de Odemira e de Vila Nova de Milfontes.-----

----- Sobre esta proposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou o seu acordo com o conteúdo da mesma, no entanto considerou que seria preferível, inclusivamente em termos de IRS, que os membros recebessem primeiro o valor das senhas de presença e posteriormente fariam a doação que entendessem.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que, se a doação não fosse efectuada em conjunto para as duas Corporações, muitos membros posteriormente se

esqueceriam de fazer a sua doação. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi deliberado por consenso que o valor das senhas de presença referentes às sessões decorridas no mês de Julho, fosse recebido pelos membros da Assembleia Municipal e posteriormente doado por quem entendesse fazê-lo. -----

----- b) ofício com a entrada número trezentos e cinco, datada de dois de Agosto do corrente ano, enviado pela Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, sobre “Situação Financeira da AHBVO – Informação”. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que as dificuldades financeiras existiam em todas as Corporações de Bombeiros Portugueses, e bem assim considerou que a Assembleia Municipal deveria oficiar aquela Associação a informar que, apesar deste Órgão não possuir recursos para contrariar o problema, estava solidário com a situação exposta. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi deliberado por consenso endereçar um ofício aquela Associação a informar que este Órgão estava solidário com a situação exposta. -----

----- c) entrada número trezentos e vinte e sete, datada de dezanove de Setembro do corrente ano, enviado pela Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, sobre “1º Relatório de Progresso – Janeiro/ Julho – Grandes Opções do Plano para 2007”. -----

----- Em relação a este documento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para a sétima folha, referente ao “Saneamento Financeiro” e onde se poderia verificar que o montante da dívida de vários Municípios Associados para com a AMBAAL, atingia valores consideráveis e que já tinham encetado contactos com serviços jurídicos, com vista à cobrança das dívidas mais atrasadas. -----

----- Ainda sobre este documento e referindo-se ao Anexo I, congratulou-se pelo facto do Município de Odemira, conjuntamente com os Municípios de Serpa e Alvito, possuírem “as contas em dia”. -----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que fez a seguinte intervenção: -----

----- Primeira Intervenção -----

----- “Em Lisboa, um grupo de pseudo-monárquicos reuniu numa cabine telefónica, mas a bem da verdade a cabine estava cheia, para protestarem a transladação dos restos mortais e, tratado como um terrorista, o Homem, o Republicano, o Escritor AQUILINO RIBEIRO. -----

----- Este grupo responsável pelo gene da doença obsessiva/ compulsiva que conduz a uma epidemia/ praga, é razão mais que suficiente para a Organização Mundial de Saúde estar atenta e alerta.

----- Estarão estes pseudo-monárquicos esquecidos da cruz na mão esquerda e a espada na direita? -----

----- A Torre de Londres e os crimes hediondos? -----

----- A história criminoso da monarquia em conluio com a Igreja? -----

----- A fome e a miséria do Povo, comparados com o luxo e o fausto dos seus palácios? -----

----- Falar de Aquilino Ribeiro é falar do Portugal Verdadeiro. -----

----- As mais de setenta obras publicadas pelo autor, das quais se destacam “A Casa Grande de Romarigães”, “Quando os Lobos Uivam”, “O Malhadinhas”, entre muitos outros, fazem de Aquilino um dos maiores autores Nacionais. -----

----- Da coluna vertebral, do jornalista João Paulo Guerra no Diário Económico, do dia 21 de Setembro, passo a citar: “gostaria de ter notas de mil, quantas as personalidades que se foram pavonear para a transladação de Aquilino Ribeiro para o Panteão e que jamais leram uma obra do autor. Os convidados eram quinhentos, entre políticos e outros membros da Corte. Se, como é de prever se mantiver actual a sentença do cientista Ricardo Jorge, segundo a qual o maior mal não é o analfabetismo, é a iliteracia das classes dirigentes dos órgãos de opinião e das classes diplomadas. Calcula-se a quantidade de cabeças iliteratas presentes. Por alguma razão os que agora correram a homenagear Aquilino Ribeiro foram os mesmos que o baniram dos manuais escolares”. Fim de citação. -----

----- Descansem os pseudo-monárquicos que o Povo da República Portuguesa, não fará qualquer protesto, se um dia O REI DOS FRANGOS, O REI DAS BIFANAS, O REI DAS MEIAS OU UM QUALQUER REI DE COPAS, for trasladado para uma qualquer lixeira.”-----

----- Segunda Intervenção -----

----- “Este documentário (intervenção) poderá conter cenas e linguagem que podem ferir a sensibilidade de alguns membros desta Assembleia.-----

----- A intenção não é essa.-----

----- Obrigado.-----

----- A câmara de vídeo, foram os meus olhos.-----

----- Os microfones os meus ouvidos.-----

----- Claquete, plano um, primeira vez.-----

----- **ACÇÃO!**-----

----- Com primeiros planos e planos afastados, o local conhecido por “Tarro/Shell”, foi palco do início das filmagens. Actores principais e alguns figurantes, davam uma certa realidade ao projecto.-----

----- **“CONHECER MELHOR O NOSSO CONCELHO”**-----

----- A visita ao Cais, foi para mim “realizador” um prazer.-----

----- A paisagem do Rio Mira mais parece um cenário paradisíaco, não fossem as suas margens estarem tão abandonadas e sujas.-----

----- O Local em si, é e poderá vir a ser um local de AMOR E BEM-ESTAR.-----

----- Fiquei sem saber a finalidade-utilização daquele lago-aquático de água estagnada.-----

----- Segundo plano:-----

----- **ACÇÃO!**-----

----- Piscinas – Uma Obra. Gostei e registei imagens de um Futuro-Próximo.-----

----- Poderá vir a ser um viveiro de bons nadadores.-----

----- Seria óptima uma grande afluência de TODOS IGUAIS TODOS DIFERENTES, a preços acessíveis. -----

----- Claquete terceiro plano-----

----- Bombeiros – A minha câmara de vídeo e respectivo microfone, registaram que há gravíssimos problemas. O problema segundo o olhar da minha câmara, não são os Bombeiros socorrerem e/ ou apagarem os incêndios, mas sim os próprios Bombeiros precisarem que os socorram e lhes apaguem o fogo que lhes afecta a sua Corporação/ Direcção. -----

----- No meu olhar cinematográfico, há algo altamente inflamável, produto esse mais conhecido por EUROS. -----

----- Espero uma Flexisolução e uma Flexirapidez. -----

----- ACCÃO – quarto plano -----

----- Quanto à visita a algumas freguesias do nosso Concelho, filmei e gravei um Concelho sem queixas, sem reivindicações. E aquelas que foram afloradas, mostram-nos umas vezes escondidas, envergonhadas e magrinhas. -----

----- TANTA SOMBRA, TANTAS SOMBRAS QUE QUASE TODAS AS VIDAS ALI ERAM SOMBRIAS E QUASE NENHUMAS TINHAM SOL. POUCAS, MUITO POUCAS. -

----- (Do livro com o título “O Alentejo tinha sombras”, de A. Machado Guerreiro). -----

----- Enfim... um Concelho sem problemas? -----

----- Parabéns. No entanto, a realidade mostrou-me que em todas as freguesias por onde passei, com casas muito bonitas, ruas asseadas, gentes de trato fácil e muito agradáveis, não escondem os horrorosos galinheiros, chiqueiros, barracões e outras estrumeiras, que vêm dar uma visão da falta de uma meta ambiental. -----

----- Em freguesias com as suas casinhas pintadas, com cores que caracterizam o nosso Alentejo, estes pormenores são aberrantes. -----

----- Tradição é uma coisa. Lixo é outra. -----

----- Neste meu documentário quero deixar bem gravado, não só em vídeo mas também na minha memória, o convívio, a amizade e os excelentes petiscos e almoço final, com a nota de “cinco estrelas”.-----

----- Quinto plano-----

----- **ACÇÃO**-----

----- Estamos a chegar ao final do documentário e não posso deixar a preto-e-branco, a apresentação elogiosa e constante do actor principal de um outro filme, que ainda nem sequer o guião está escrito.-----

----- O actor, um óptimo representante da sétima arte, foi sem dúvida o Vereador Engenheiro José Alberto.-----

----- A estreia deste filme, só será exibida dentro de mais ou menos dois anos.-----

----- Será comédia? Farsa? Ou drama?-----

----- A toda a equipa que produziu, realizou e trouxe este documentário a esta sala, o meu obrigado.-----

----- FIM.-----

----- P.C..., perdão P.S.-----

----- Com este documentário, penso estar a prestar uma pequena homenagem ao Senhor António Feliciano, que levou, aventura e sonhos às nossas Gentes com o seu cinema ambulante.”-----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que referiu que na freguesia de Santa Maria, na vila de Odemira, não existiam ecopontos, apesar dos seus habitantes também pagarem impostos. Disse ainda que tinha solicitado esclarecimentos sobre esse facto e tinha sido informado que o problema tinha a ver com as dimensões das ruas e do carro que fazia a recolha dos resíduos, o que lhe pareceu muito estranho. Lamentou esse facto e informou que por esse motivo, os contentores do lixo estavam cheios de todas a espécie de resíduos e que

ninguém reciclava nada. -----

----- Por último, lembrou os pedidos anteriormente efectuados relativamente à colocação de uma sinalização junto ao fontanário de Santo António, em Odemira, de modo a evitar que o trânsito da ponte fosse, por engano, para a rua dos Combatentes de Grande Guerra, causando grandes transtornos. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que apresentou o seguinte Protesto: ----

----- “No passado dia 12 de Setembro, quarta-feira, ocorreu a nível nacional mais uma campanha de propaganda e de imagem mediática em que o actual Governo é exímio. -----

----- Várias escolas do País, não obstante poderem fazê-lo até ao dia 17, foram obrigadas a decretar oficialmente aberto o ano lectivo, sem que estivessem reunidas todas as condições necessárias para o efeito, para serem palco de um verdadeiro “show-off” mediático designado “Plano Tecnológico da Educação”, onde estiveram envolvidos 7 Ministros e 13 Secretários de Estado para além do próprio Primeiro-Ministro. -----

----- A nossa Escola Secundária foi uma das contempladas, ainda que muitos professores envolvidos nos exames nacionais só tivessem regressado de férias nessa segunda-feira, havendo várias actividades para preparar e planificar. -----

----- Sabendo que não é pelo facto de se oferecer uma cana de pesca topo de gama a um leigo que se faz dele um pescador, não é pela aparente democratização do acesso a computadores portáteis e Internet de banda larga, ainda que o conceito possa ser meritório, que se transformam os nossos jovens em alunos bem sucedidos... -----

----- Só em jeito de pequeníssimo exemplo, qual é a operadora móvel que garante neste momento, mesmo sem banda larga, a cobertura de toda a área do nosso município? -----

----- Paralelamente, a Escola EB1 de Vale Bejinha, cuja suspensão a nossa Carta Educativa recentemente aprovada e homologada previa apenas para 2010/ 2011, foi suspensa já neste ano lectivo, à revelia das vontades dos habitantes e autarcas (conforme referido na segunda reunião



da última sessão desta Assembleia) e apesar, pasme-se, da escola de acolhimento da dezena de crianças deslocadas ter condições de funcionamento e qualidade de instalações bastante inferiores à escola ora suspensa! -----

----- Será que não anda por aqui, mais uma vez, um grave desconhecimento das realidades do País, sintomático de quem faz política a partir do conforto dos gabinetes nas grandes urbes, onde tudo é acessível? -----

----- As assimetrias continuam cá e as suas raízes são bem mais profundas! -----

----- Os eleitos da CDU nesta Assembleia não podem deixar passar em claro mais este atentado ao bem-estar da nossa população e protestam veemente contra este contra-senso.” -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que os Ecopontos do vidro, na sua localidade, estavam demasiado cheios, o que levava à população a depositar os vidros no chão, com todos os inconvenientes que daí poderiam resultar. -----

----- Ainda em relação a esse tema, solicitou que a Câmara Municipal encontrasse uma alternativa para a lavagem dos contentores dos resíduos domésticos, uma vez que a sua Junta de Freguesia já não tinha condições para continuar a efectuar esse serviço. -----

----- Relativamente à situação financeira em que se encontrava a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, disse que num requerimento enviado pelo Deputado José Soeiro, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre os apoios das intempéries de dois mil e seis, vinha mencionado que não tinha sido solicitado por aquela Associação, qualquer pedido de apoio. Em face do exposto, questionou se isso correspondia à realidade, o que considerava muito estranho, tendo em conta a actual situação financeira desfavorável. -----

----- Quanto ao alcatroamento das ruas da sede do concelho, referiu que a obra não tinha ficado em condições. Considerou que as linhas de água eram autênticas valetas, com as consequências desagradáveis que daí poderiam advir para os transeuntes. -----

----- Por último, perguntou ao Vereador José Alberto Guerreiro, para quando estava prevista a colocação de energia eléctrica na ETAR do Castelão, uma vez que a obra já se encontrava concluída. -----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que apelou á Câmara Municipal para continuar a sensibilizar os Municípes quanto à questão do lixo, porque estava a notar um crescimento gradual de maus hábitos e de falta de civismo. -----

----- Considerou ainda que deveria haver uma insistência na divulgação do correcto tratamento dos lixos junto da população, nomeadamente através da colocação de cartazes, divulgação nos cafés, nos mercados, entre outros. Considerou ainda que deveriam apostar na informação acerca das coimas a aplicar, alertando as autoridades para esse facto, para evitar os maus exemplos que estavam a crescer de dia para dia. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia Santa Maria, que chamou a atenção para o facto de se estar a comemorar naquela data, “O Dia do Turismo” e o Posto de Turismo de Odemira se encontrar fechado durante o mês de Setembro. Relembrando uma afirmação do senhor Presidente da Câmara Municipal, na comunicação social, defendendo para o Concelho de Odemira, “turismo para todo o ano”, questionou como poderiam apostar nessa vertente quando os postos de turismo no concelho não funcionavam, o moinho em Odemira estava fechado e o Cine-Teatro não abria durante o mês de Agosto. -----

----- Lamentou ainda que a sede do concelho estivesse “morta”, especialmente nos meses de verão, quando tinha mais população. -----

----- Disse ainda que na sua freguesia, à semelhança do que já tinha sido referido, não existiam ecopontos e informou que os que se encontravam mais perto estavam na Bemposta. -----

----- Questionou também para quando estavam previstas as obras de restauração da ponte sobre o rio Mira, em Odemira. -----

----- Por último, perguntou em que situação se encontrava a construção do heliporto e do muro de suporte da Rua do Bairro do Reduto, em Odemira.-----

----- Disse também que, em tempos, tinha alertado para o facto de se encontrar colocado um poste da EDP, dentro da caleira da estrada para o cemitério em Odemira e até à data nada tinha sido feito. -----

----- Em relação ao lixo, considerou que deveria ser elaborado um calendário com as datas de recolha nas freguesias, para que a população soubesse quais eram os períodos em que poderiam depositar o lixo de maior volume.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente à declaração de voto apresentada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás e que constava na acta da primeira reunião da sessão ordinária que se realizou no dia vinte e nove de Junho do corrente ano, disse que discordava com muitas afirmações que eram feitas e que não correspondiam à verdade, nomeadamente quando na trigésima quarta página, vinha referido que o Presidente da Câmara Municipal o tinha “convidado para a dança”, considerando inclusivamente ofensivo. -----

----- Relembrou que na questão da compatibilidade das funções dos membros da Assembleia Municipal e no fornecimento de serviços ao Município, tinha referido que haviam dois entendimentos, uma vez que haviam pessoas que consideravam que haviam incompatibilidades e outras que consideravam que não, mas que o entendimento do Município de Odemira era o último. Disse ainda, relativamente ao modo como o senhor Deputado poderia ser consultado para as adjudicações dos serviços, que tinha referido que, à semelhança de outros técnicos e empresas, o pedido do interessado que era enviado para a Câmara Municipal, constaria numa lista no Aprovisionamento e posteriormente seria consultado, se fosse entendido na especialidade em questão. Em face do exposto referiu que nunca tinha sugerido ao senhor Deputado que colocasse o nome na lista. -----

----- Relembrou ainda que o senhor Raul de Albuquerque Tomás tinha referido que nunca

tinha sido convidado para concursos da Câmara Municipal, porém em mil novecentos e noventa, o senhor Deputado tinha sido convidado para fazer o Projecto de Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho, juntamente com o senhor Engenheiro José Afonso Cantante de Matos e o senhor Engenheiro José Florentino Pereira dos Mátires e o GAT de Grândola. Disse ainda que “honra seja feita ao senhor Vereador Cláudio Percheiro que na altura votou contra, por discordar exactamente do modo como as coisas foram feitas, voto esse que manteve ao longo das diversas fases do concurso e que estão expressos nas actas”. -----

----- Em relação ao facto do senhor Raul de Albuquerque Tomás se ter insurgido na Declaração de Voto, quanto à questão do Município convidar uma empresa do concelho e duas de fora do concelho, disse ainda que curiosamente na altura do Projecto de Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho, das cinco pessoas consultadas, apenas duas eram do concelho de Odemira.-----

----- Também informou que, apesar do senhor Raul de Albuquerque Tomás reclamar dos elevados custos apresentados pela empresa do senhor João Rebelo dos Reis, a sua proposta apresentada na altura também remetia para a portaria sobre instruções para o cálculo de honorários referentes a projectos de Obras Públicas e respectivas actualizações, ou seja o senhor Raul de Albuquerque Tomás tinha procedido exactamente da mesma forma que estava a acusar o senhor João Rebelo dos Reis de ter feito. -----

----- Em relação ao estacionamento da viatura da Câmara Municipal, disse que desde há longos anos que o estacionamento se mantinha sem nunca ter havido qualquer reclamação ou problema. -----

----- Por último, manifestou ainda a sua desilusão e discordância para com a Declaração de Voto em causa que considerava contraditória na sua fundamentação e insultuosa para a Assembleia Municipal de Odemira e para alguns dos seus membros.-----

----- Em relação às intervenções dos membros da Assembleia Municipal na presente sessão,

disse que relativamente ao lixo, a questão era muito complicada porque havia muita falta de sensibilidade e civismo por parte dos cidadãos. Quanto à questão dos Ecopontos estarem cheios, referiu que o senhor Vereador José Alberto Guerreiro tinha vindo a reclamar junto da AMBILITAL o aumento do número de Ecopontos no concelho de Odemira, bem como do ciclo de recolhas. -----

----- Quanto à lavagem de contentores de resíduos domésticos, informou que a AMBILITAL teria de comprar uma nova viatura, porém não estava fora de questão o Município de Odemira adquirir o seu próprio carro lava-contentores.-----

----- Relativamente à questão da banda larga, informou que já existia um mapa das zonas do concelho de Odemira que não estavam abrangidas, e bem assim disse que havia um conjunto de emissores e de novas antenas que estavam em estudo e que brevemente seriam testados. -----

----- Referiu ainda que, em relação aos apoios para as intempéries de dois mil e seis e no que se refere à Câmara Municipal, tinham apresentado uma candidatura que, segundo recentes informações, tinha sido aprovada. -----

----- Disse ainda que as recentes obras de repavimentação das ruas da sede do concelho, não tinham ficado nas devidas condições e que tinham alertado o empreiteiro para esse facto. Lembrou ainda que aquela obra vinha no seguimento das queixas apresentadas nas sessões da Assembleia Municipal, relativamente ao estado degradado em que as ruas se encontravam. Referiu também que se tratava apenas de uma obra provisória, uma vez que a intenção seria a execução do projecto integrado que englobaria a remodelação das redes de águas, águas pluviais e esgotos domésticos.-----

----- Quanto ao Posto de Turismo de Odemira, informou que existia um projecto para mudar a sua localização, porque inclusivamente os próprios funcionários consideravam que estava muito escondido, o que contribuía para a fraca afluência de público. Em relação ao moinho, informou que se encontrava fechado porque o moleiro tinha-se reformado e ainda não tinham

encontrado ninguém para o substituir.-----

----- Disse também que o problema do Cine-Teatro Camacho Costa, relacionava-se com a fraca facturação e as férias dos funcionários, durante aquele mês.-----

----- Discordou ainda com a afirmação de que a vila “estava morta”.-----

----- Por último, disse que a obra de restauração da ponte sobre o rio Mira iria iniciar-se brevemente, e bem assim revelou que tinha solicitado à empresa que providenciasse a colocação provisória de uma ponte do exército durante a reparação, para que não houvesse inconvenientes para os Municípios.-----

----- Em relação ao heliporto, informou que o concurso estava aberto e que iriam estabelecer um protocolo com a Administração Regional de Saúde de Beja.-----

----- Por fim, em relação ao muro de suporte do Bairro do Reduto, disse que em primeiro lugar iriam fazer um estudo geotécnico da zona.-----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que referiu, relativamente à questão do lixo, que existiam dois aspectos importantes: um relacionava-se com os Serviços Municipais e outro com os comportamentos cívicos das pessoas.-----

----- Revelou ainda que era muito difícil dimensionar, com eficácia total, os meios de deposição e de recolha.-----

----- Disse ainda que relativamente à limpeza dos contentores, havia um problema dramático que estavam a tentar ultrapassar. Revelou que o carro para lavagem dos contentores era para ter vindo para o Município de Odemira em Agosto, porém o Município de Santiago do Cacém não estava a cumprir o acordado, relativamente à cedência do mesmo. Referiu também que o problema em causa já tinha sido abordado numa reunião da Câmara Municipal, tendo sido equacionada a hipótese de contratarem, temporariamente, um serviço privado e posteriormente apresentariam a despesa à Associação de Municípios do Litoral Alentejano.-----

----- Disse ainda que estavam a elaborar um estudo para colocação de cerca de 58 ecopontos

enterrados, sendo que inicialmente iriam avançar apenas nos aglomerados maiores, e bem assim, disse também que pretendiam comprar um carro do lixo. -----

----- Considerou que independentemente do esforço desenvolvido pelo Município de Odemira, a eficácia daquele serviço dependia fundamentalmente da consciência das pessoas, uma vez que existiam regulamentos em vigor e divulgação das campanhas. -----

----- Quanto à deficiente recolha de lixo nos vidrões, informou que a AMBILITAL tinha-se debatido com problemas estruturais, a nível de pessoal, que estavam a tentar ultrapassar. -----

----- Por último, disse que o Município de Odemira iria lançar mais uma campanha de sensibilização junto da população, sendo colocados postales junto aos pontos de deposição, contendo a numeração do local, regras e horários de deposição, uma chamada de atenção para o Regulamento em vigor e as respectivas coimas, bem como a indicação da página da Internet sobre Ambiente que estavam a criar e que iria constar do portal do Município de Odemira e do Litoral Alentejano. -----

----- Informou ainda que a ETAR do Castelão estava construída e iria entrar em funcionamento através da instalação temporária de um gerador. Em relação à electrificação da zona, informou que o processo encontrava-se em dotação orçamental e iriam abrir o concurso brevemente. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a Mesa da Assembleia Municipal também pretendia fazer uma alusão à Declaração de Voto apresentada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, porém fá-lo-ia noutra ocasião, quando o senhor Deputado estivesse presente. -----

----- Informou ainda os presentes acerca do resultado das reuniões da Comissão para preparação da sessão extraordinária sobre “Igualdade de Oportunidades para Todos”, nomeadamente a metodologia a seguir. Disse ainda: “Pese embora as diversas posições ideológicas, foi possível produzir um trabalho por consenso que considero de grande utilidade, pela criatividade de que as pessoas deram mostra, nas sugestões que foram propostas”. -----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que fez a apresentação da proposta de “Folha da Assembleia”, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Permanente.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e três horas e dez minutos. -----

----- Pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

----- Foi deliberado por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal, que o título do ponto número cinco do Período da Ordem do Dia, passasse a ter o seguinte texto: “Autorização ao Município de Odemira para não cobrar a taxa que lhe diz respeito na receita por emissão de Certificados de Registo dos cidadãos da União Europeia: apreciação e deliberação”. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “Foi presente a proposta elaborada pelo Gabinete do Presidente, referente à Alteração do Quadro de Pessoal do Município. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----



----- Aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se à segunda página da “Exposição de Motivos” da proposta em causa, considerou que a última frase do ponto número três tinha ficado inacabada.-----

----- Solicitou também esclarecimentos sobre o termo “carreiras adjectivadas”, constante na informação da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica. -----

----- Por último, referindo-se à segunda folha da alteração do Quadro de Pessoal, disse que as três últimas carreiras dessa grelha não tinham qualquer indicação relativamente ao lugares a criar. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que tinha comparado o Quadro de Pessoal com o Relatório de Actividades enviado e tinha verificado que existiam diferenças no número total de efectivos. Considerou ainda que a diferença provavelmente seria relativa aos funcionários com contrato resolutivo certo, no entanto perguntou se existia, à semelhança daquilo que a lei determinava, um quadro específico para os trabalhadores contratados a termo. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que “carreiras adjectivadas” era um termo técnico relativo ao nome e designação das carreiras.-----

----- Informou ainda que havia uma nova legislação sobre a criação de quadros para os contratados a termo certo, situação que ainda não se encontrava regulamentada e que chocava com as normas do Simplex. Disse ainda que a diferença existente não era referente apenas aos contratos a termo certo, mas incluía também os Vereadores do Município de Odemira, os que se encontravam em licença sem vencimento, os acertos de contratos a termo certo que foram renunciados, entre outros. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista,

um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** 8ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2007: 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 7ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0787-2007 - 8ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL -----  
----- 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA;-----  
----- 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA;-----  
----- 7ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS;-----  
----- 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----

----- Foi presente a 8ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2007, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 4ª Revisão ao Orçamento da Receita, 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 7ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----  
----- Inscrições/Reforços: 8.000,00 € (oito mil euros);-----  
----- Diminuições/Anulações: 0,00 € (zero euros). -----  
----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----  
----- Inscrições/Reforços: 715.200,00 € (setecentos e quinze mil e duzentos euros); -----

----- Diminuições/Anulações: 707.200,00 € (setecentos e sete mil e duzentos euros);-----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

----- Inscrições/Reforços: 900,00 € (novecentos euros);-----

----- Diminuições/Anulações: 0,00 € (zero euros). -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/Reforços: 219.000,00 € (duzentos e dezanove mil euros); -----

----- Diminuições/Anulações: 630.000,00 € (seiscentos e trinta mil euros).-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Foi aprovado, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU e o voto de qualidade do Presidente.”-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à segunda página da informação da Divisão Financeira, onde se lê: “...se propõe o reforço do Orçamento Corrente por diminuição do Orçamento de Capital, no montante de 411.000€”, disse que segundo as informações recolhidas nas acções de formação em que tinha estado presente, o programa informático instalado nas Juntas de Freguesia não permitia retirar valor de despesas correntes para despesas de capital.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que até determinada altura, o entendimento tinha sido aquele, porém segundo a lei de enquadramento orçamental e depois de reunirem com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, tinha sido emitido um parecer do Tribunal de Contas onde era referido que desde que se mantivesse o equilíbrio orçamental e dentro de determinados parâmetros, poderiam fazer aquele tipo de reforços.-----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que dada a extensão do orçamento, por vezes faziam a afectação de verbas correntes em intervenções que no final seriam de capital. Deu como exemplo o caso das obras por administração directa, onde as

verbas eram cabimentadas com uma previsão orçamental para concursos de um ano e normalmente como ficavam abaixo dos valores estimados, fechavam esse ano com um saldo positivo nas despesas correntes. -----

----- Disse ainda que no caso das Juntas de Freguesia, essa questão não existia porque as verbas eram destinadas a salários e gastos que ocorriam no tempo presente. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que numa acção de formação sobre o tema, tinham informado que na contabilidade analítica, a despesa corrente em obras por administração directa, transformava-se em capital. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que se previa o recebimento de alguma receita, pelo que apelou ao Executivo Municipal que efectuasse o abaixamento que fosse possível e que entendesse adequado, em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis, à semelhança do que outros Municípios do Distrito de Beja estavam a fazer. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que havia a intenção de ter em atenção a recomendação da Assembleia Municipal, pelo que nessa matéria iriam ver até onde poderiam chegar. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções: -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo-se à quinta folha, perguntou se se tratava de um lapso, o facto de vir referido que os Recursos Contenciosos eram de “Fevereiro 2006”. Referindo-se à trigésima oitava folha perguntou o porquê de aparecerem no quadro de investimentos em cursos, obras “suspensas”.-----

----- Por último, referindo-se à quadragésima terceira folha, pediu esclarecimentos relativamente ao facto de, no mapa das obras em curso, se encontrarem processos suspensos e com multas.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à décima sétima folha, solicitou esclarecimentos relativamente ao facto de não existir qualquer percentagem na taxa de execução, correspondente ao programa FEOGA – AGRIS, pois julgava que já tinham havido trabalhos executados.-----

----- Por último, referiu que havia um lapso na trigésima segunda folha, uma vez que vinha mencionado que o mapa da Divisão de Recursos Humanos era referente ao ano de dois mil e cinco.-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que o relatório em causa estava melhor, mais simplificado e a informação era mais perceptível, no entanto considerava que deveriam ter mais cuidado com os erros.-----

----- Referindo-se à folha vigésima nona, considerou que havia um lapso no quadro, na atribuição do valor da adjudicação referente ao processo de “aquisição de combustível para motorizadas ao serviço do Município na Freguesia de Bicos”.-----

----- Por último, referindo-se à trigésima sexta folha, disse que o número de processos de medicina de trabalho era igual durante os três meses de verão, pelo que perguntou se não haveria um lapso nessa indicação.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que referindo-se à quinquagésima terceira folha perguntou o que era entendido por “Pax”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que iria chamar a atenção dos serviços para terem mais atenção aos lapsos. Relativamente à suspensão de algumas obras em curso, informou que se tratavam de problemas relativamente à aquisição dos terrenos. Disse ainda que algumas suspensões e multas também se relacionavam com empresas que tinham entrado em processo de falência e que não estavam a cumprir o contrato, pelo que o Município de Odemira teve de actuar nos termos do caderno de encargos. -----

----- Por último, informou que a candidatura ao FEOGA, era referente ao Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios que teve financiamento, mas cuja utilização da verba só tinha sido autorizada muito mais tarde. Disse ainda que não tinha qualquer percentagem de execução, porque apenas naquela data estavam abertos os concursos. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que a suspensão da “Rede de Águas de Juncalinho” era referente a um problema com a cedência do terreno que já se encontrava ultrapassado, pelo que durante o mês de Outubro retomariam a construção da obra. Disse ainda que as outras obras em curso estavam suspensas por existirem problemas com a aquisição dos terrenos, nomeadamente nos acordos com os proprietários. Disse também que, nesse sentido, estavam a tentar encontrar uma solução para o problema e esperavam que até ao final do corrente ano, os problemas estivessem ultrapassados. -----

----- Relativamente às multas aplicadas, informou que se tratavam de obras em que os empreiteiros que tinham apresentado bons sinais financeiros, não estavam a cumprir os contratos, pelo que o Município de Odemira necessitou de fazer cumprir as formalidades legais, para relançarem novamente as obras. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto quatro:** ALTERAÇÃO AO ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO DO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ODEMIRA: Ao dar-se início

ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “Foi presente o processo de alteração do artigo 28<sup>a</sup>. do Regulamento do Plano Director Municipal de Odemira, bem como o ofício n.º. 9432, datado de 05/09/2007 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, remetendo o parecer final à proposta de alteração do artigo 28 do Regulamento do Plano Director Municipal de Odemira, nos termos do artigo 78º. do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º. 310/2003 de 10 de Dezembro. -----

----- Propõe-se, nos termos do artigo 79º. do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º. 310/2003 de 10 de Dezembro, remeter a alteração do Plano Director Municipal de Odemira à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.

----- Foi deliberado, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação”. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** AUTORIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODEMIRA PARA NÃO COBRAR A TAXA QUE LHE DIZ RESPEITO NA RECEITA POR EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE REGISTO DOS CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA: Ao dar-se início

ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “Devido à urgência de que se reveste uma tomada de posição pela Ex.ma Câmara Municipal, o Senhor Presidente propôs a inclusão do seguinte assunto à ordem de trabalhos: ----

----- Taxa – Registo de Cidadãos da União Europeia – Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto. -----

----- Foi presente a informação n.º 246/2007, datada de 20-09-2007, elaborada pela Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, referente ao assunto da Taxa – Registo de Cidadãos da União Europeia – Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto. -----

----- Após análise da proposta e por consenso, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a inserção na Tabela de Taxas, da Secção XI, no Artº. 104, fixando no entanto para o n.º 1 do referido artigo, o valor de 3,50 € e para o n.º 2, o valor de 3,75 €, devendo ser remetido à Assembleia Municipal”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que propôs que a redacção da deliberação da Câmara Municipal ficasse do seguinte modo, uma vez que não correspondia ao que tinham deliberado na reunião da Câmara Municipal: “Após análise da proposta e por consenso, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o não efectuar da cobrança de qualquer valor da sua parte, cobrando apenas a parte destinada ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, devendo o assunto ser remetido à apreciação da Assembleia Municipal”. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que actualmente, no país, o assunto em questão era tratado de três maneiras diferentes pelos Municípios. Informou ainda que na emissão de um documento de cidadão comunitário, era cobrado pela primeira via, sete euros e pela segunda via, sete euros e cinquenta cêntimos. Disse ainda que a portaria que tinha por base esse valor, referia ainda que metade seria para os Municípios e a outra metade para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo que destes últimos a Câmara Municipal retinha cerca de dois e meio por cento de encargos de cobrança.-----

----- Em face do exposto, informou que a proposta em apreciação seria no sentido da Câmara Municipal dispensar os seus cinquenta por cento, cobrando apenas a parte correspondente ao



Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e retendo apenas os encargos de cobrança.-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que não se pretendia nenhuma alteração ao Regulamento, mas sim que a Assembleia Municipal concordasse com a não cobrança da taxa municipal que era imposta pela respectiva portaria. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto seis:** ABAIXO-ASSINADO REFERENTE À PROIBIÇÃO DE A ZONA RIBEIRINHA SER FREQUENTADA POR CÃES: Foi presente um abaixo-assinado datado do dia onze de Julho do corrente ano, enviado pelo senhor Fernando Manuel Mendes Fialho, referente “à proibição de a zona ribeirinha ser frequentada por cães”, o qual foi remetido a todos os membros da Assembleia Municipal e que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que existiam sensibilidades diferentes relativamente àquele problema, pelo que propôs que o documento fosse encaminhado para a Câmara Municipal proceder a um estudo mais aprofundado sobre o tema. --- -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que referiu que compreendia o sentimento das pessoas relativamente aos animais e que alguns dos subscritores do abaixo-assinado cumpriam as regras, porém tinha conhecimento que haviam outros que não cumpriam essas regras e as coisas apareciam danificadas e sujas, indicando como exemplo o jardim do Passeio Álvares Cabral.- -----

----- Por último, disse que concordava com a proposta do senhor Presidente da Assembleia

Municipal, mas considerou que deveria haver uma responsabilização para aqueles que não sabiam cumprir as regras. -----

----- Interveio o senhor Humberto Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, que informou que algumas pessoas que constavam no abaixo-assinado, apesar dos sinais proibitivos que tinham sido colocados, continuavam a passear os cães sem trela, danificando e sujando a relva que poderia ser utilizada pelas crianças. -----

----- Disse ainda que anteriormente a população criticava o facto dos espaços verdes não se encontrarem limpos e arrançados, pelo que lamentava que actualmente quando existiam jardins agradáveis, algumas pessoas quisessem destruí-los. Reconhecia também que haviam pessoas que sabiam cumprir as regras e passeavam os seus animais pela trela, no entanto haviam outras que não tinham qualquer consciência na utilização dos espaços que eram de todos.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que algumas pessoas que constavam no abaixo-assinado, sabiam passear os seus animais, no entanto as inúmeras queixas apresentadas na Câmara Municipal mostravam o contrário, uma vez que eram referentes à falta de cuidado que os donos tinham com os animais e ao facto dos animais sujarem os espaços verdes, onde as crianças poderiam brincar. Disse ainda que no documento em causa, também existiam subscritores que não tinham animais. -----

----- Disse ainda que o documento continha algumas expressões fortes, nomeadamente no segundo parágrafo quando se referiam ao trânsito anárquico, facto que não entendia porque na hora indicada não havia muito movimento de automóveis; na quinta medida, quando falavam das coimas aplicadas, lembrando que se tratava de uma norma que estava presente num Regulamento que, na altura da sua aprovação, algumas das pessoas subscritoras do documento tinham responsabilidades autárquicas.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que lembrou que também haviam outros animais que circulavam nas vias públicas

(cavalos), pelo que questionou se o Município de Odemira também teria de contribuir com dispensadores de sacos para aqueles. -----

----- Por último, considerou que qualquer medida que fosse tomada em Odemira, deveria ser extensiva às restantes freguesias do concelho. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi deliberado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal, remeter o abaixo-assinado em causa à Câmara Municipal de Odemira, para proceder a um estudo mais aprofundado sobre o tema. ---

----- **Ponto sete:** ABAIXO-ASSINADO PARA ALARGAMENTO DA ESTRADA TREZENTOS E NOVENTA ENTRE AS RECENTES ROTUNDAS DE BRUNHEIRAS E DE

S. LUÍS: Foi presente um abaixo-assinado datado do dia doze de Setembro do corrente ano, enviado pelo senhor João Palma Quaresma, referente “ao alargamento da estrada 390 entre as recentes rotundas de Brunheiras e de S. Luís”, o qual foi remetido a todos os membros da Assembleia Municipal e que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que propôs que se solidarizassem com as preocupações expressas no documento em causa, e bem assim, que fossem encaminhadas à Direcção de Estradas de Beja. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o Executivo Municipal tinha também recebido o documento em causa, bem como outro enviado pela Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove onde também expunham as mesmas preocupações. -----

----- Informou ainda que tinham solicitado esclarecimentos à Direcção de Estradas de Beja, porque também tinham dúvidas do ponto de vista técnico, nomeadamente se a antiga estrada e bermas, correspondiam em termos de medida, à dimensão total da plataforma que estava a ser

feita. -----

----- Por último, disse que tinham sugerido à empresa que fosse criado um caminho ao longo da estrada, para evitar que as pessoas usassem a plataforma. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que as pessoas que estavam nos lugares de decisão na Direcção de Estradas de Portugal tinham muito pouca sensibilidade para o que na realidade se passava no terreno. -----

----- Revelou que na estrada nacional número cento e vinte, no troço entre Odemira e o limite do Concelho, na zona da Ferraria e Trajanitos, tinham colocado os auto-safes quase em cima da parte pavimentada, a estrada tinha ficado mais estreita naquela zona, pelo que o cruzamento de dois camiões, poderiam esmagar as pessoas que se deslocassem a pé, na altura. -----

----- Revelou também que tinha enviado um ofício à Direcção de Estradas de Beja, a alertar para aquela questão e a resposta que tinha obtido referia que não havia problema porque se tratava de um local com pouco trânsito e poucas pessoas, o que discordava por completo.-----

----- Por último, sugeriu que no texto do ofício que a Assembleia Municipal fosse enviar à Direcção de Estradas de Beja, para além de se solidarizarem com as preocupações constantes no abaixo-assinado, deveriam fazer uma chamada de atenção para terem mais atenção às situações existentes no terreno. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi deliberado por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal, remeter o abaixo-assinado em causa à Direcção de Estradas de Beja, informando que este Órgão se solidarizava com as preocupações expostas pelos subscritores. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e dez minutos do dia vinte e oito de Setembro. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----